

13 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

CUSTAS DE CARTÓRIOS

Órgão Especial do TJ

aprova aumento de taxas

Órgão Especial do TJ dá aval a aumento de 11,45% para custas

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

Curitiba - O anteprojeto de lei que reajusta as custas de cartórios judiciais e extrajudiciais deve ser enviado ainda nesta semana para a Assembleia Legislativa (AL) do Paraná. Aprovada na última segunda-feira pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça (TJ) do Estado, a proposta prevê um aumento de 11,45% nas taxas. Com isso, o valor de referência de custas (VRC) passaria dos atuais R\$ 0,141 para R\$ 0,157.

Na quinta-feira passada, o presidente do TJ, Guilherme Luiz Gomes, já tinha sinalizado com a possibilidade de um acréscimo que considerava "razoável", entre 10 e 11%. "Nós estamos estudando um reajuste linear que possa permitir que os serviços sejam prestados", disse.

Para entrar em vigor a partir de janeiro de 2014, a matéria precisa passar por todos os trâmites da AL até dezembro e, na sequência, ser sancionada pelo governador Beto Richa (PSDB). No final de 2013, quando o então chefe do Judiciário, Miguel Kfourri Neto, encaminhou aos deputados projeto propondo aumento de 18,15%, o presidente da Casa, Valdir Rossoni (PSDB), acabou

Anteprojeto de lei segue para votação no Legislativo

adiando a votação. Desta vez, porém, não deve haver empecilhos. "Não cabe ao presidente da Assembleia colocar limite para as propostas, mas sim colocar ou não em votação. Já dei minha contribuição aos paranaenses ao adiar por um ano o aumento", afirmou Rossoni.

Procurada pela reportagem, a Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg-PR) informou, por meio de nota, que apoia a readequação da tabela. No entanto, discordou do percentual previsto. "O último reajuste nas taxas dos cartórios paranaenses ocorreu em 2011, referente ao período de 2003 a 2010, mas não recompôs a inflação acumulada nesses sete anos sem reajuste, o que causou defasagem nas tabelas", diz trecho do documento. Conforme o órgão, para manter a qualidade dos serviços prestados à população seria necessário um aumento de 30%.

13 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Protesto pede retomada do feriado da Consciência Negra em Curitiba

Movimento negro pretende realizar em conjunto com as centrais sindicais um boicote ao comércio da capital no dia 20

Andréa Bertoldi
Reportagem Local

Curitiba - Manifestantes a favor do feriado do Dia da Consciência Negra fizeram um protesto ontem em frente ao Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), no Centro Cívico, em Curitiba, no início da tarde. Em seguida, as cerca de 80 pessoas que participaram da manifestação seguiram em caminhada até a Associação Comercial do Paraná (ACP), entidade autora do processo que suspendeu o feriado na capital. O protesto foi encerrado por volta das 17 horas.

O presidente do Conselho Municipal de Política Étnico-Racial (Comper) de Curitiba, Saul Dorval da Silva, disse que caso a liminar obtida pela ACP não seja derrubada o movimento negro pretende realizar em conjunto com as centrais sindicais um boicote ao comércio no dia 20. O protesto de ontem foi contra a decisão do TJ-PR, que suspendeu o feriado, atendendo a um pedido da ACP.

O TJ-PR informou, através da assessoria de imprensa, que, caso a liminar continue mantida, tudo deve funcionar normalmente na cidade no dia 20. O tribunal não se manifestou sobre o protesto que ocorreu ontem. A ACP também preferiu não comentar o assunto.

O assessor da presidência do Sindicato dos Comerciantes de Curitiba e Região Metropolitana, Iran Dias, disse que se a liminar continuar em vigor, o comércio vai abrir normalmente. "O sindicato é contra a suspensão do feriado. Nós faremos algum tipo de protesto", adiantou. Ele afirmou ainda que o comércio não perderia vendas caso o dia 20 fosse feriado. O sindicato representa 124 mil trabalhadores em Curitiba e Região. A Federação das Indústrias do Paraná (Fiep) também informou que as indústrias de Curitiba vão operar normalmente.

A Câmara Municipal de Curitiba deve enviar amanhã ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma ação de reclamação pela manutenção do feriado na capital. A assessoria

da Secretária de Educação de Curitiba informou que espera esta decisão do STF para determinar se as escolas da capital vão funcionar ou não no dia 20.

Um levantamento da ACP mostra que o comércio perderia R\$ 160 milhões caso ocorresse o feriado. O Comper de Curitiba, junto com outros movimentos sociais, também já recorrem ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pedindo para derrubar a liminar do TJ-PR, mas ainda não houve nenhuma manifestação do conselho sobre este pedido.

CONTINUA

13 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO



Manifestantes a favor do feriado se reuniram ontem em frente ao Tribunal de Justiça do Paraná

CONTINUA

13 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA CONTINUAÇÃO

Em Londrina, terceira entidade obtém liminar

O Sindicato do Comércio Varejista de Veículos de Londrina (Sincovave) conseguiu ontem liminar que permite a abertura de concessionárias no feriado municipal do Dia da Consciência Negra, sem risco de multa pela prefeitura. É a terceira entidade patronal que consegue decisão do mesmo tipo desde a semana passada, além do Sindicato do Comércio Varejista de Londrina (Sincoval), que já tem uma sentença a favor.

A decisão de ontem é do juiz Marcos José Vieira, da 1ª Vara da Fazenda Pública de Londrina. Ele usou os mesmos fundamentos do despacho em favor do Sindicato Intermunicipal das Indústrias do Vestuário do Estado do Paraná (Sivepar), que conseguiu liminar na última sexta-feira. Para Vieira, a Constituição Federal não permite que decreto municipal para criação de feriado cívico, mas apenas em datas religiosas. Além das citadas, o Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Londrina (Sindimetal) também obteve liminar para que fábricas abram normalmente no próximo dia 20.

Segundo a assessora da diretoria do Sincovave, Silvana Duim, nenhum executivo da entidade comentaria ontem o caso porque não haviam recebido a decisão. O advogado Tito Valle, que representa questões ligadas ao movimento

negro na cidade, pretende protocolar recurso no Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) ainda hoje, para poder participar como parte interessada e derrubar as liminares. "É uma questão local importante, porque Londrina foi a primeira cidade do interior a organizar entidades pela defesa da questão racial, ainda nos anos 40."

Valle reuniu ontem representantes de vários sindicatos de trabalhadores, de setores como vestuário, rodoviário, tecelagem e metalurgia, para buscar apoio para o recurso. Ele pede que sejam ouvidas também as opiniões das categorias. "Quase 25% da população da cidade é negra e buscamos a valorização do ser humano." (F.G.)

13 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

OPINIAO DO LECTOR

Consciência de todas as raças

É preciso produzir, fazer girar a roda da economia, movimentar a cidade, preservar empregos e agir para ajudar tirar Londrina do buraco. É preciso ter a consciência que uma economia fraca como a nossa não suporta tantos feriados, no caso três num só mês. Nesse período de final de ano os custos operacionais são maiores e é necessária a recuperação do faturamento perdido durante o tempo mais fraco do exercício. Nada contra as comemorações da raça negra, mas é um feriado que está sendo contestado em nível nacional. É inconstitucional e atende mais a interesses políticos municipais do que coletivos da população, por isso nosso prefeito não deveria ter recorrido da decisão judicial. Nem Salvador (BA), um forte reduto dos afrodescendentes, o decretou. Outras raças, que muito contribuíram para o crescimento de Londrina e do Brasil, também têm suas comemorações e nem por isso paralisam as atividades laborais para realizar seus eventos. Vejam o bonito exemplo dos japoneses, tão importantes para a nossa região: eles reúnem a colônia, fazem o seu festival cultural Londrina Matsuri, fora do horário comercial e são admirados pela vontade de trabalhar. Nossas autoridades precisam rever a carga de feriados e feriados no Brasil. Quem tem a responsabilidade de gerar empregos sabe o quanto isso prejudica a saúde financeira das empresas. O país perde competitividade, a economia se fragiliza e ficamos com fama de preguiçosos perante aos olhos do mundo.

LUDINEI PICELLI (administrador de empresas) – Londrina

13 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

TRE cassa prefeito de Cascavel

• **Edson Ferreira**

Reportagem Local

A Corte do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná cassou, por unanimidade, os mandatos do prefeito e do vice de Cascavel, Edgar Bueno (PDT) e Maurício Querino Theodoro (PSDB). Segundo o relator do processo no tribunal, Marcos Roberto Araújo dos Santos, os políticos "criaram verdadeira campanha difamatória e caluniosa, conforme reconhecido em duas oportunidades por esta Corte, abusando de seu direito ao explorar fatos distorcidos e verdadeiro factóide em desfavor de seu oponente". Bueno, reeleito em 2012, venceu, no segundo turno, o Professor Lemos (PT), por 55% a 44%.

Para o TRE, o prefeito abusou do poder político, além de ter utilizado os meios de comunicação para acusar Lemos de "falsidade ideológica" para concorrer ao cargo de prefeito do município. "Fizemos um programa no

horário eleitoral mostrando que ele (Professor Lemos) não morava em Cascavel. Mostramos que mantinha vínculos com Curitiba, mas tinha alugado imóvel aqui para apresentar à Justiça Eleitoral, como comprovante de endereço", afirmou Bueno à FOLHA, ontem. Ele alegou ter utilizado corretamente o espaço na mídia, sem distorcer informações. Porém, para o TRE, a "discussão judicial acirradíssima que ocorreu

em torno do fato dá a noção da comoção popular gerada pela divulgação dos fatos de forma distorcida".

Bueno afirmou que vai recorrer contra a decisão, com o objetivo de permanecer no cargo, enquanto tenta reverter a cassação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Mas, se não conseguir efeito suspensivo, ele deixa o Executivo após a publicação do acórdão. O advogado Guilherme Gonçalves, que defende o Professor Lemos, afirmou que ainda não está definida como será a sucessão na Prefeitura de Cascavel. "Existem duas possibilidades, temos que esperar qual será o entendimento do TRE, se determina novas eleições entre o segundo e terceiro colocados, ou se o Lemos toma posse imediatamente."

13 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Avanço ou retrocesso?

*Não se trata de
manter a impunidade
existente, mas
também não se
pode tornar essas
pessoas eternas
suspeitas*

A coleta de material genético de condenados por homicídios dolosos, estupros e outros crimes hediondos ou praticados contra a pessoa tanto pode ser considerada um avanço para as investigações criminais ou um retrocesso sob a ótica dos direitos humanos. A lei federal 12.654/12 prevê a implantação do banco de dados de DNA criminal no Brasil, o Banco Nacional de Perfis Genéticos, e tornou obrigatória a coleta do material genético de condenados por crimes hediondos ou de natureza violenta.

O Instituto Nacional de Criminalística de Brasília abrigará o banco nacional, que será alimentado por dados de laboratórios de 17 Estados. A previsão é que o Paraná inicie a coleta de cerca de 3,5 mil condenados até o próximo mês.

Certamente, a comparação de material genético poderá ser utilizado como um importante instrumento nas investigações criminais. Poderá contribuir para agilizar a conclusão de processos, assim como solucionar casos complexos, com omissão de pro-

vas e ausência de suspeitos. Segundo dados do Conselho Nacional do Ministério Público, de 2011, cerca de 150 mil inquéritos de homicídios estão sem solução no País.

No entanto, membros das comissões de direitos humanos argumentam que um banco de dados genéticos de condenados funcionará, na prática, "como um banco de suspeitos preferenciais que ficarão por tempo indeterminado com o estigma de 'possíveis culpados'". E isso é fato. Não se pode deixar de afirmar que um banco como esse reforçará a estigmatização e até o preconceito contra presos que já cumpriram suas penas e que, portanto, já "quitaram sua dívida" com a sociedade.

Por isso, é importante refletir sobre as leis implantadas no Brasil. Não se trata de manter a impunidade existente – aliás, uma das grandes queixas da população –, mas também não se pode tornar essas pessoas "eternas suspeitas". É preciso uma reflexão entre os benefícios e os prejuízos provocados pela legislação.

13 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Presidente do TJ de SP tenta se reeleger, apesar de veto da lei

Regimento do tribunal e legislação federal não preveem reeleição, mas decisão do STF abriu brecha para Sartori

Desembargador nega mudança das regras do jogo, alegando que atual regimento interno é omissivo a respeito

FREDERICO VASCONCELOS
DE SÃO PAULO

O presidente do TJ (Tribunal de Justiça) de São Paulo, Ivan Sartori, decidiu disputar a reeleição, em dezembro, enfrentando resistências internas e em meio à polêmica sobre a legalidade de um segundo mandato no cargo.

Sartori vai inscrever seu nome como candidato à reeleição nesta quarta-feira, quando se encerra o prazo para o registro de candidaturas.

Sua decisão ocorre depois de uma longa indefinição, ora negando que seria candidato, ora voltando atrás, em mensagens enviadas por e-mail a magistrados.

O desembargador José Renato Nalini, corregedor-geral, foi o primeiro a registrar a candidatura a presidente.

O desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, ex-presidente da Apamagis (Associação Paulista de Magistrados), também concorrerá.

O desembargador Walter de Almeida Guilherme, presidente da 15ª Câmara de Direito Criminal, desistiu de se candidatar.

A polêmica começou em agosto, quando o Órgão Especial aprovou, por 22 votos a 3, uma resolução de Sartori permitindo que todos os 352 desembargadores pudessem concorrer aos cargos de direção — e não apenas os desembargadores mais antigos.

Em setembro, o desembargador José Damião Pinheiro Machado Cogan recorreu ao Conselho Nacional de Justiça, alegando que a resolução violava o princípio da anualidade da lei eleitoral. O CNJ suspendeu o processo eleitoral, por entender que a resolução estava em desacordo com a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman).

LEWANDOWSKI

Em outubro, o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, concedeu liminar em mandado de segurança impetrado pela Procuradoria-Geral do Estado, restabelecendo a resolução do TJ-SP que ampliou o colégio eleitoral.

A reeleição é proibida por lei federal, mas uma decisão do STF, que conferiu aos tribunais autonomia administrativa financeira, abriu a possibilidade de uma nova

interpretação sobre o processo eleitoral. Sartori nega mudança das regras do jogo, alegando que o regimento interno é omissivo a respeito.

Na segunda-feira houve a mais recente tentativa de brechar o projeto de Sartori. O desembargador Luiz Beethoven Giffoni Ferreira propôs ação cautelar no STF. Ele pede ao ministro Lewandowski para explicitar que a permissão para todos os desembargadores se candidatarem a cargos de direção “não significa autorização tácita à reeleição”.

Segundo Beethoven, a reeleição não é prevista no regimento interno do tribunal nem na resolução que ampliou o colégio eleitoral: “A pretexto de querer democratizar o Judiciário Bandeirante, pode-se incorrer num retrocesso democrático”.

Alegando “vácuo legal” e falta de regulamentação, Beethoven vê “astúcia” na intenção de Sartori, “que poderá ser levada a cabo nos momentos finais de inscrição dos candidatos”.

Sartori tem amplo apoio de magistrados e servidores. Pesquisa indicou a aprovação de 90% dos juizes de primeiro grau à reeleição. Mas ele admite que o Órgão Especial, com 12 desembargadores mais antigos e 12 desembargadores eleitos (presidido por Sartori), está dividido.

13 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO



O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Ivan Sartori, em seu gabinete no TJ

Tribunal adia saída dos promotores de salas nos fóruns

O Tribunal de Justiça de São Paulo adiou por 30 dias o pedido para que o Ministério Público Estadual desocupe salas dentro de fóruns. A decisão foi tomada no último dia 6, quando vencia o prazo para que os promotores deixassem os locais.

A polêmica começou em abril, quando o presidente do TJ, Ivan Sartori, deu prazo de até 90 dias para os promotores saírem de 58 fóruns. Ele alegou que precisava do espaço para a instalação de novos juizes e varas.

O Ministério Público alega que os prédios foram construídos pela Secretaria Estadual de Justiça e não são propriedade do TJ. Segundo o Ministério Público, seriam necessários R\$ 230 milhões para construir novos prédios para abrigar os promotores.

A questão chegou até o CNJ (Conselho Nacional de Justiça), que fez uma audiência de reconciliação entre as partes, mas acabou sem acordo. No dia 7 de novembro, à relatora do caso no CNJ, Deborah Ciocci, pediu esclarecimentos ao MP, ao TJ e ao governo paulista sobre o caso. Eles têm 30 dias para responder.

GASTOS

Em outra medida, o TJ-SP decidiu que não irá mais financiar outros órgãos que ocupam salas. Isso obrigará o Ministério Público, a OAB, a Defensoria Pública e o Tribunal Regional Eleitoral a pagar despesas com água, luz, telefone e até papel higiênico.

Em nota, o tribunal disse que "é vedada a realização de despesas de qualquer natureza de outros órgãos que tenham orçamento próprio" e que tomou a medida por "questões de severas restrições orçamentárias".

Para o presidente da OAB-SP, Marcos da Costa, a medida é equivocada. Segundo ele, a entidade faz parte do

sistema judiciário. Ele disse que a ordem já paga com recursos próprios suas despesas nas salas. As exceções, segundo ele, são as contas de água e luz de alguns fóruns, que são compartilhadas.

Costa também criticou o modo como a medida foi tomada: "A ordem não foi ouvida, tomamos conhecimento apenas com o comunicado". Ele pretende conversar com o TJ de São Paulo para que a decisão seja revista.

A Defensoria Pública disse que negocia um termo de cooperação para o pagamento de luz e água de suas salas em fóruns. Ela disse já é responsável pelos outros gastos. O TRE declarou que paga por todos os seus gastos.

O procurador-geral de Justiça, Márcio Rosa, disse que o Ministério Público aceita pagar suas despesas.

A Folha procurou o presidente do TJ-SP, Ivan Sartori, mas a assessoria disse que ele estava com a agenda cheia.

13 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Mensalão, parte 3

STF retoma hoje análise de recursos; Câmara não pode ousar descumprir decisão sobre perda de mandato de parlamentar condenado

Abre-se no Supremo Tribunal Federal o terceiro capítulo do julgamento do mensalão. A partir de hoje, 13 dos 25 condenados poderão começar a cumprir suas penas.

São os casos de Henrique Pizolato, ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil, e Vinícius Samarane, ex-vice-presidente do Banco Rural, condenados à prisão.

Além deles, oito réus foram sentenciados ao regime semiaberto, podendo deixar a cadeia durante o dia —entre os quais estão Roberto Jefferson e os deputados federais Valdemar Costa Neto (PR-SP) e Pedro Henry (PP-MT)—, e três cumprirão penas alternativas.

Embora seus advogados tenham apresentado recursos, é difícil crer que esses réus de fato apostem em uma reviravolta nas próximas sessões. Estão em análise, por enquanto, os embargos de declaração, um tipo de peça processual cujo objetivo é solicitar esclarecimentos acerca de determinados trechos da sentença. Por sua natureza, raramente provocam o reexame da condenação.

Foi assim, aliás, em agosto deste ano, quando o STF julgou os primeiros recursos desse gênero. Exceto por um detalhe ou outro, as sentenças foram mantidas. É seguro supor que o resultado se repetirá agora que estarão em debate os segundos —e, espera-se, últimos— embargos de declaração.

Os ministros sabem que, no fundo, os advogados tentam adiar penas a esta altura reconhecidas como inevitáveis. Só os 12 condenados com direito aos embargos infringentes —cujas condenações foram decididas com ao menos quatro votos absolutórios— mantêm efetivamente vivas as esperanças.

Se não restam dúvidas quanto a esse ponto, o mesmo não se pode dizer em relação a um dos efeitos da condenação —a saber, a perda de mandato parlamentar.

A polêmica parecia encerrada. Embora a Câmara, com base no artigo 55 da Constituição, tivesse defendido sua prerrogativa de cassar deputados condenados criminalmente, o Supremo entendeu, em dezembro do ano passado, que a perda do mandato seria imediata para os réus do mensalão.

Pode-se discordar dessa interpretação constitucional —como faz esta **Folha** e como fez o próprio STF ao julgar neste ano, com sua nova composição, o caso de Natan Donadon (ex-PMDB-RO).

Não tem cabimento, é claro, passar da divergência ao descumprimento da decisão do Supremo. É isso o que defende, contudo, um assessor do presidente da Câmara. Questionado sobre o despautério, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) a princípio se mostrou sinuoso: “A Casa vai cumprir a interpretação constitucional”, afirmou.

Espera-se que o deputado não esteja disposto a agravar o atrito entre os dois Poderes. A Câmara, de resto, após o vexame de preservar o cargo de Donadon, não tem capital moral para torrar nessa ingloria disputa com o Supremo.

13 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Justiça suspende pagamentos para empresa de bancos

Parecer segue denúncias de que governo privilegiou EBP; empresa nega e recorre

DE BRASÍLIA

A Justiça Federal em Brasília determinou a suspensão dos pagamentos pelos estudos entregues pela EBP (Empresa Brasileira de Projetos) à Secretaria Especial de Portos para as concorrências de terminais portuários no país.

A decisão da 4ª Vara Federal de Brasília aponta que os recursos que ressarcirão a EBP "são públicos", e os valores serão embutidos nas propostas das companhias.

É preciso reter os pagamentos, diz o juiz Itagiba Catta Preta Neto, para não impedir "a atividade administrativa" nem permitir "a dilapidação do patrimônio público".

Pelas regras dos editais, as vencedoras das concorrências terão que ressarcir a EBP, que pertence aos maiores bancos e ao BNDES, pelos estudos para os terminais.

A empresa é acusada de ser beneficiada pelo governo na realização dos estudos de concessões de portos e aeroportos. Segundo denúncias ao Tribunal de Contas da União e à Justiça Federal, que a **Folha** adiantou em julho, a companhia teve autorização

antes das demais para começar a trabalhar e cobrar preços fora do mercado.

A medida não deverá obstruir a concorrência pelos terminais de Belém (PA) e Santos (SP), prevista para começar ainda neste ano.

Segundo o juiz, a empresa foi beneficiada pelo governo federal ao receber aval prévio. A denúncia do deputado federal Augusto Coutinho (DEM-PE) aponta que a diretoria da EBP participou de reuniões sobre o tema com a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, antes de o governo lançar as concorrências.

Em outro parecer, do Ministério Público, o procurador Sérgio Caribé foi contra arquivar denúncias sobre a empresa, alegando que os preços que ela cobra não se justificam.

Só com leilões de portos e aeroportos, a EBP poderia faturar R\$ 85 milhões.

Em nota, a EBP considerou a decisão uma vitória, já que o pedido do deputado era para suspender o processo e isso não foi aceito pela Justiça.

A nota diz ainda que os estudos são consistentes e que a EBP recorreu da decisão "pois considera que o Poder Judiciário deve apreciá-la com maior profundidade".

PAINEL DO LEITOR

O governo de Gilberto Kassab em São Paulo será lembrado por três bandeiras: cidade limpa, fiscais sujos e o abandono que prossegue na maior cidade do país, desgovernada, cuja qualidade de vida, em comparação com outras regiões do país, disparadamente é a pior levando-se em conta fatores como saúde, segurança e educação. Somos pobres principalmente de bons governantes.

YVETTE KFOURI ABRÃO (São Paulo, SP)

MÔNICA BERGAMO

CASAL MODERNO

A rainha Silvia, da Suécia, ficou separada do marido no Brasil. Carlos 16 Gustavo se hospedou sozinho na suíte presidencial do hotel Tivoli, nos Jardins. Ela, em local incerto e não sabido. A assessora que acompanha a visita afirma que, por razões de segurança, não informa onde a rainha se hospedou. Nem o motivo de o casal ficar em lugares distintos.

DESMENTIDO

Há cerca de dois anos, a monarquia sueca passou por abalos. O rei teve que vir a público desmentir que frequentava clubes de striptease e negar a existência de fotos comprometedoras com mulheres nuas. O desmentido ocorreu em meio às revelações do passado nazista do pai da rainha, que tem sangue alemão e brasileiro.

13 NOV 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

CONSCIÊNCIA NEGRA

Movimento quer feriado

Cahúe Miranda
cmiranda@tribunadoparana.com.br

Entidades que defendem o feriado do Dia da Consciência Negra em Curitiba querem que o Tribunal de Justiça (TJ) escute mais do que a batida dos atabaques e os discursos em carro de som. Em manifestação ontem, em frente à sede do tribunal, representantes do movimento negro cobraram uma audiência com os magistrados, para expor argumentos a favor da folga no dia 20 de novembro.

O feriado em homenagem a Zumbi dos Palmares foi suspenso, na cidade, por liminar do TJ. A corte atendeu pedido da Associação Comercial do Paraná (ACP) e do Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon), que contestam a validade da lei que instituiu a data comemorativa e alegam prejuízo de R\$ 160 milhões à economia do município.

As cerca de cem pessoas que se reuniram em frente ao TJ fizeram caminhada rumo à sede da ACP, na Rua XV de Novembro. "Queremos que o TJ aceite audiência com as lideranças do movimento negro. Se já ouviram a



Ivonaldo Alexandre

Representantes de movimento pedem audiência no Tribunal de Justiça.

ACP e o Sinduscon, precisam nos ouvir também", diz o professor Romeu Gomes de Miranda, um dos coordenadores do comitê em defesa do feriado.

O TJ não se pronunciou sobre a manifestação e informou que, por enquanto, não há nenhuma audiência agendada.

RECURSO

Amanhã, a corregedoria da Câmara de Curitiba deve ingressar com ação de reclamação no Supremo Tribunal Federal (STF), tentando derrubar a liminar. A lei que institui o feriado foi aprova-

da no final do ano passado pelo Legislativo municipal. Independente do andamento do caso nos tribunais, as entidades do movimento negro preparam grande comemoração para o próximo dia 20. "Será feriado. Vamos promover o dia da igualdade, o dia de todos os povos. A ACP poderia participar, incentivando as pessoas a comprarem um presente para seus amigos, mas infelizmente não percebeu a oportunidade", diz o coordenador da União de Negros pela Igualdade (Unegro) no Paraná, Denis Denilto Laurindo.

JORNAL DO ÔNIBUS

Movimento Negro realiza protesto pelo feriado

Cerca de 100 ativistas do Movimento Negro fizeram uma manifestação ontem, em Curitiba, em frente ao Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), contra liminar concedida pelo Órgão Especial daquela corte suspendendo o feriado da Consciência Negra que era previsto para o próximo dia 20 de novembro.

Integrantes das entidades que organizaram a



Divulgação

Ativistas sociais organizaram o protesto

manifestação de ontem afirmam que a decisão contra o feriado de Zumbi dos Palmares foi tomada porque o tribunal é formado por brancos. No último dia 4 de novembro, a pedido da Associação Comercial do Paraná (ACP) e do Sinduscon, o TJPR acatou o argumento que o feriado traria prejuízo de R\$ 160 milhões ao comércio da capital paranaense.

JORNAL DO ÔNIBUS

TRE cassa o mandato do prefeito e do vice de Cascavel

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná decidiu, ontem, cassar os mandatos do prefeito de Cascavel, Edgar Bueno (PDT), e do vice, Maurício Querino Theodoro (PSDB). Na opinião dos magistrados que votaram, por unanimidade, pela cassação, os dois acusados cometeram fraude quando concorreram à reeleição, em 2012. Ainda cabe recurso à decisão, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Conforme a decisão, a fraude aconteceu durante a propaganda eleitoral da dupla. Na ocasião, os dois propagaram que um dos candidatos, Professor Lemos (PT), poderia cometer falsidade ideológica para assumir a prefeitura, caso fosse o vencedor.

Conforme a decisão, os dois terão que enviar a defesa em até três dias, após a publicação do acórdão. Para se manter no cargo,



Divulgação

Edgar Bueno terá que recorrer para ficar no cargo

os dois podem pedir um efeito suspensivo no TRE, que valerá até o julgamento final no TSE. Caso não entrem com o pedido ou ele seja rejeitado, os dois deverão deixar os cargos. A prefeitura, então, será administrada pelo vereador Márcio Pacheco, presidente da Câmara Municipal.

Notas políticas

Apoio a Cid Vasques

A Assembleia Legislativa aprovou ontem uma moção de apoio à permanência do procurador de Justiça, Cid Vasques, no cargo de Secretário de Estado da Segurança Pública (SESP), que foi proposta pelo presidente da Casa, deputado Valdir Rossoni (PSDB), e subscrita por mais 26 deputados. Na moção, que será encaminhada ao procurador-geral de Justiça, Gilberto Giacoia, os deputados manifestam apoio para que seja renovada a autorização de afastamento do MP.

Outro cassado

A Justiça Eleitoral cassou o mandato do prefeito reeleito de Ribeirão do Pinhal, Dartagnan Calixto Fraiz (PSD), e de sua vice, Nadir Sara Melo Fraga Cunha (PMDB), por gastos ilícitos durante a campanha. A decisão, de primeiro grau, é assinada pelo juiz eleitoral Guilherme Moraes Nieto. Segundo os autos, a prestação de contas de campanha aponta 31 abastecimentos no dia 6 de outubro de 2012, véspera da eleição, no total de 530 litros de combustíveis, e de 13 no dia 7 de outubro, somando mais 496 litros.

Requião para presidente

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) anunciou esta semana sua disposição de concorrer à Presidência da República pelo PMDB. Requião quer acumular forças para poder negociar com a direção nacional peemedebista, que inclusive já sinaliza com dissolução do diretório estadual caso não apresente candidatura própria à sucessão do governador Beto Richa (PSDB).

13 NOV 2013

CASSADOS
O Tribunal Regional Eleitoral cassou os mandatos do prefeito e vice de Cascavel, Edgar Bueno e Maurício Querino Theodoro, reconhecendo fraude no resultado da eleição. Para o relator, Marcos Roberto Araújo dos Santos, "utilizando-se do seu direito de realizar propaganda eleitoral (ainda que negativa) os recorridos criaram verdadeira campanha difamatória e caluniosa, conforme reconhecido em duas oportunidades por esta Corte, abusando de seu direito ao explorar fatos distorcidos e verdadeiro factóide em desfavor de seu oponente (Professor Lemos)".

TRIBUNA DO PARANÁ

GAZETA DO POVO

» REAJUSTE

Projeto do TJ aumenta custas de cartórios em 11,45%

Euclides Lucas Garcia

13 NOV 2013

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) encaminhou ontem à Assembleia Legislativa projeto de lei que aumenta em 11,45% as custas dos cartórios do estado. Questionado sobre o assunto, o presidente da Casa, Valdir Rossoni (PSDB), considerou o reajuste “plausível” e disse que deve ler a matéria hoje em plenário, para que ela comece a tramitar na Casa. Para valer em 2014, a proposta precisa ser aprovada ainda neste ano.

No fim do ano passado, o reajuste das custas causou muita polêmica. Na época, o TJ propôs aumentar os valores de algumas taxas em até 300%. Depois de muita pressão, os desembargadores optaram por um reajuste linear de 18,44%. A redução, porém, não foi suficiente para contornar as críticas. Com o apoio de diversas entidades de classe e da sociedade civil, Rossoni se negou a colocar o projeto em votação. Segundo ele, a medida trazia aumentos abusivos e não poderia ser analisada no afogadilho.

Ontem, no entanto, o tucano informou que vai dar tramitação normal ao projeto do TJ. Com isso, afirmou ele, a decisão de aprovar ou não a proposta será tomada por todos os deputados depois de analisarem a matéria. “Já avançamos nesse um ano. O reajuste era de 18%, hoje é mais plausível”, declarou.

18,4%

foi o porcentual de reajuste das custas dos cartórios que o TJ tentou aprovar no ano passado no Paraná. Mas a Assembleia se recusou a votar o projeto.

13 NOV 2013

GAZETA DO POVO

➤ CONSCIÊNCIA NEGRA

Ato pró-feriado reúne 50 em Curitiba

Manifestantes se concentraram no Tribunal de Justiça e depois seguiram para a Associação Comercial do Paraná, que é contra a data

Antonio Senkovski e Angieli Maros

Manifestantes a favor do feriado do Dia da Consciência Negra, dia 20 de novembro, fizeram um protesto na tarde de ontem, em Curitiba. O início do ato foi por volta das 13 horas, em frente ao Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), no Centro Cívico.

No meio da tarde, o grupo, formado por cerca de 50 pessoas, seguiu para as proximidades da Associação Comercial do Paraná (ACP) — autora do processo que suspendeu o feriado na capital.

Durante toda a mobilização, os integrantes do movimento realizaram panfletagens e orientaram a população sobre a importância da data. A manifestação ocorreu de forma pacífica e ordeira durante todo o trajeto.

Carta de repúdio

No TJ, membros do comitê em defesa do feriado pretendiam ser recebidos por representantes do órgão para entregarem uma carta de repúdio ao cancelamento do recesso à população. De acordo com Michele Ribeiro, integrante da Rede de Mulheres Negras em

Curitiba, o pedido não foi atendido, e a carta não pode ser deixada no TJ, de onde eles saíram em caminhada rumo à ACP.

Michele cita que a intenção do protesto era sensibilizar não apenas os órgãos e pessoas diretamente envolvidos na polêmica, mas toda a população da cidade. “Aqui estão diversos movimentos negros organizados fazendo a divulgação da importância do feriado como um marco para a cidade de Curitiba, como um ato de mobilização para alcançarmos a igualdade racial.”

Os participantes do ato reivindicam a retomada do feriado, que seria comemorado no dia 20 de novembro, mas que foi cancelado por uma liminar da Justiça obtida pela ACP. A associação argumenta que a lei aprovada pela Câmara dos Vereadores no ano passado é inconstitucional e que o feriado causaria grandes prejuízos financeiros à cidade.

AÇÃO

A Câmara Municipal de Curitiba (CMC) deve enviar amanhã um pedido de manutenção do feriado do Dia da Consciência Negra, no próximo dia 20, ao Superior Tribunal Federal (STF). O presidente da Casa, o vereador Paulo Salamuni (PV), havia anunciado que entraria com a ação já na última sexta-feira, dia 8, mas, de acordo com a procuradoria jurídica da CMC, a reclamação requer um embasamento muito específico, o que justificaria a demora.



Protesto teve direito à capoeira e música em frente ao Tribunal de Justiça: descontentamento.

Consciência à venda

Parece que, no fim das contas, o projeto que criava o feriado da Consciência Negra é inconstitucional. Os municípios têm pouca liberdade para criar feriados e o Tribunal de Justiça pode ter tido razão em cancelar o que a Câmara havia feito. Essa é a discussão jurídica. No entanto, a cidade deveria aproveitar o momento para discutir uma ou duas coisinhas ligadas ao assunto. Não só à consciência negra em si. Vejamos.

Quem entrou com a ação que acabou derrubando o feriado foi a Associação Comercial do Paraná (ACP). Representante dos comerciantes, a ACP disse com todas as letras que estava preocupada com a perda financeira que mais um feriado traria para a cidade. Seriam R\$ 160 milhões, segundo os cálculos. Nem é o caso de saber se a conta faz sentido ou não (provavelmente quem deixasse de comprar algo na quarta compraria na quinta, mas vá lá).

A associação, como não podia ir ao Judiciário só alegando questões econômicas, achou lá um vício de origem na proposta e conseguiu o que queria. Mas claramente a intenção era barrar o feriado pela razão financeira. Faz sentido. Capitalismo é assim. Adam Smith já disse mais de dois séculos atrás que não é da bondade do pai-deiro que devemos esperar o nosso jantar, mas sim da defesa do interesse dele. Cada um defende o seu.

Não me parece que a decisão da ACP (muito menos a do tribunal) seja racista. É simplesmente pragmática.

Mais um feriado? E ainda mais um feriado em que não há previsão de as pessoas trocarem presentes? Ter que pagar os funcionários para que eles fiquem em casa? Para quê? No raciocínio de quem vive para a caixa-registradora, parece uma inutilidade parar tudo para celebrar a consciência de uma parcela da população, seja ela negra ou não. Mas isso pode passar a enganosa e perigosa impressão de que tudo no mundo se mede pelo seu preço em moeda corrente.

Lembre que a ACP foi a mesma que

criou o impostômetro: um painel gigante no Centro de Curitiba lembrando a cada um de nós o quanto já pusemos naquele ano de nosso rico dinheirinho nos cofres do governo. Claro que ninguém fica feliz em pagar tantos impostos, mas somando as coisas vai-se percebendo que há um padrão. Uma preocupação com o financeiro e com quem fica o dinheiro, mais do que com o uso que se dá a ele.

Pôr preço na cidadania é algo perigoso. Quanto custa cobrir todas as valetas a céu aberto de Curitiba? E dar educação em tempo integral para as crianças? Contratar mais médicos para os postinhos e diminuir a fila, de modo que o cidadão não precise esperar um ano por uma consulta no SUS? Sim, senhores, tudo no mundo custa. Para quem quer viver na civilização, custa impostos. Para quem quer lembrar a história de um povo que ajudou a construir essa cidade, pode custar um feriado.

Não se trata de abolir o capitalismo, nem mesmo de questioná-lo. Do centro do poder da nação mais capitalista do mundo, o presidente Kennedy disse há mais de meio século que os americanos não deviam perguntar o que o país deveria fazer por eles, mas sim o que eles podiam fazer por seu país. Nós podemos fazer algumas coisas pelo nosso país: incentivar a cidadania e homenagear os que sofreram por nós estão entre elas.

13 NOV 2013

GAZETA DO POVO

Justiça Eleitoral

cassa o mandato do prefeito e do vice de Cascavel

TRE entendeu que Edgar Bueno criou uma "campanha difamatória" contra o petista Professor Lemos em 2012.

Cidade terá nova eleição

CASCAVEL

Luiz Carlos da Cruz,
correspondente

O prefeito de Cascavel, Edgar Bueno (PDT), e seu vice, Maurício Querino Theodoro (PSDB), tiveram ontem seus mandatos cassados pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR). A decisão foi unânime entre os doze integrantes da corte que analisaram o caso. O presidente da Câmara de Vereadores, Márcio Pacheco (PPL), deverá assumir o cargo de prefeito após o fim do prazo para recurso. Novas eleições deverão ser convocadas.

Segundo o TRE, a cassação será imediata após os três dias abertos para recurso. O prazo começa a ser contado após a publicação da decisão judicial no Diário de Justiça. Uma nova eleição será convocada entre os candidatos Professor Lemos (PT) e Jorge Lange (PSD). Lemos disputou o segundo turno das eleições de 2012 com Bueno e Lange

foi o terceiro colocado no primeiro turno.

A ação que originou o despacho foi movida pela Coligação "A Cascavel que queremos inclui você", de Lemos. O petista acusa Bueno de subfaturar os gastos de campanha e de ter feito caixa 2. Segundo a assessoria de imprensa do TRE-PR, o relator do processo, juiz Marcos Roberto Araújo dos Santos, disse ter reconhecido a ocorrência de fraude para influenciar no resultado da eleição. Além disso, para o juiz, Bueno e Theodoro criaram uma "campanha difamatória e caluniosa" para atacar a imagem de Lemos.

O juiz disse ainda haver elementos suficientes para demonstrar que os eleitores de Cascavel foram induzidos a erro em relação à pessoa do candidato petista, uma vez que muitos acreditaram que Lemos seria capaz de praticar crime de falsidade ideológica para concorrer ao cargo de prefeito do município.

Recurso

Segundo a assessoria de Bueno, o prefeito está em Curitiba desde segunda-feira para acompanhar a licitação para a construção do novo terminal de passageiros do Aeroporto Municipal de Cascavel e não vai comentar a decisão judicial. Ele estuda a possibilidade de divulgar

hoje uma nota à imprensa.

Em entrevista por telefone à TV Tarobá, no entanto, o prefeito cassado disse que vai aguardar a publicação para recorrer da decisão. Segundo ele, a cassação se deve ao fato de sua candidatura ter apresentado um programa eleitoral, com duração de 7 minutos, qual afirmava que o candidato Lemos não mora em Cascavel. "Descobrimos durante a campanha que Lemos não tem residência fixa em Cascavel". Na época, o petista conseguiu direito de resposta no programa da coligação de Bueno. O petista disse que foi o quinto processo de cassação movido por Lemos. "Ele teve um certo êxito hoje", declarou.

O presidente da Câmara, Márcio Pacheco, disse que assumirá a prefeitura com equilíbrio e sensatez. "Vou usar o momento para promover as ações pensando no povo", declarou.

13 NOV 2013

GAZETA DO POVO

**Coluna
do leitor**

Mensalão

José Dirceu usa a tática do comparsa Lula e do PT: não ouve, fala ou vê! Esse sujeito não me representa. Os petistas gostaram tanto do poder que arquitetaram ficar para sempre, montando uma estrutura criminosa sem precedentes na história, sob o manto protetor de tutelar os interesses do povo e da decrépita e insustentável ideologia socialista tupiniquim.

Euclides José Vargas Neto

Feriado 1

Os manifestantes que protestaram pela retomada do feriado do Dia da Consciência Negra (**Gazeta**, 12/11), definiram a ação "como um ato de mobilização para alcançarmos a igualdade racial". De que igualdade social estavam falando? Essas pessoas não percebem que isso só gera mais desigualdade? Justamente por isso sou contra o feriado, muito embora possa passar por racista ao me manifestar dessa forma

Felipe Guidolin

Feriado 2

Para acabar com esse "trólóló" de feriado no Dia da Consciência Negra, basta definir que a data será comemorada no 2º domingo do mês de novembro. Os vereadores, além de fazer pouco, fazem de forma equivocada. Quer dizer, então, que se não for feriado não haverá consciência? Pelo jeito, a Câmara Municipal de Curitiba estava sem assunto.

Luiz Eduardo Hunzicker, Colombo – PR

Justiça

Todas as vezes que acontece um caso como o do menino Joaquim (**Gazeta**, 11/11), o povo sai gritando que quer justiça. Mas, como a Justiça neste país é lenta, acaba-se esquecendo essas reivindicações. Para melhorar de verdade é necessário que os políticos e o governo queiram. E, como para eles está bom do jeito atual, não mexerão uma palha. Se queremos mudar o país, será necessário primeiro mudar os políticos, caso contrário vamos continuar a clamar por justiça.

Luiz Dias

NOTAS POLÍTICAS

Apoio legislativo

A Assembleia Legislativa do Paraná aprovou ontem moção de apoio à permanência do procurador de Justiça, Cid Vasques, no cargo de Secretário da Segurança Pública. O documento será encaminhado ao procurador-geral de Justiça, Gilberto Giacóia. No final de agosto, o Gaeco fez um pedido ao Conselho Superior do Ministério Público Estadual (MP) para que a licença de Vasques para exercer o cargo de secretário fosse revogada – ainda não há decisão sobre o caso. A licença de Vasques vence em no fim do ano.

Salários do MP

A Assembleia Legislativa do Paraná aprovou ontem projeto de lei do Ministério Público Estadual que prevê que duas gratificações sejam incorporadas ao salário dos servidores: Serão incorporados R\$ 100 pagos como gratificação de assiduidade e o percentual de até 90% previsto como gratificação de produtividade. A medida terá impacto de R\$ 6,2 milhões anuais aos cofres públicos.

PALESTRA

**Aulão de Português
(gramática para o TJ-PR).**

▶ DATA: 16 de novembro (das 8h30 às 12h15 e das 14 às 17h45).

▶ LOCAL: Curso Aprovação.

▶ INFORMAÇÕES: www.cursoaprovacao.com.br/curitiba

13 NOV 2013

GAZETA DO POVO

» CASO JOAQUIM

Justiça concede quebra de sigilo de mãe e padrasto

Polícia Civil irá analisar números discados e o tempo das ligações. Casa da família amanheceu vandalizada ontem

RIBEIRÃO PRETO (SP)
Folhapress

A Justiça concedeu a quebra do sigilo telefônico da mãe, do padrasto e de familiares do menino Joaquim Ponte Marques, de 3 anos, encontrado morto no domingo no rio Pardo, em Barretos, no interior de São Paulo.

A Polícia Civil de Ribeirão Preto, que investiga o caso, vai analisar os números discados e o tempo das ligações. A apuração poderá ajudar no esclarecimento do caso de repercussão nacional.

O padrasto do menino, Guilherme Raymo Longo, 28 anos, é apontado pela polícia como o principal suspeito do crime. As ligações do celular dele e da mãe de Joaquim, Natália Mingoni

Ponte, 29 anos, serão analisadas minuciosamente.

Joaquim desapareceu de dentro de casa na madrugada do dia 5 de novembro. Um cão farejador da polícia fez o trajeto duas vezes da casa, no Jardim Independência, até o córrego Tanquinho, a 200 metros do local, após cheirar a roupa do padrasto e do menino.

O corpo foi localizado por pescadores, que acionaram o Corpo de Bombeiros. Na noite de domingo, a Justiça determinou a prisão temporária da mãe e do padrasto. O corpo de Joaquim foi enterrado ontem em São Joaquim da Barra, antontem.

Imagens

A Polícia Civil de Ribeirão Preto também analisa imagens de câmeras de segurança que mostram o pai do padrasto do menino Joaquim saindo de casa com o carro durante a madrugada da terça-feira da semana passada em atitude suspeita.

Dimas Longo, pai de Guilherme Raymo Longo, 28 anos, mora na mesma rua que o filho, numa distância de 200 metros de uma

PICHAÇÃO

O muro e a calçada da casa em que o menino Joaquim Ponte Marques morava com a mãe e o padrasto, em Ribeirão Preto, amanheceram pichados ontem. "Assassino" e "Joaquim eterno em nossos corações" foram escritos em tintas preta e branca. Também foram colados diversos cartazes com pedidos de justiça, sinalizações de luto e recados ao técnico em informática Guilherme Raymo Longo, 28, padrasto e principal suspeito pela morte da criança, de acordo com a Polícia Civil.

casa para outra. A residência onde Joaquim morava com a mãe e o padrasto pertence a Dimas Longo.

O delegado Paulo Henrique Martins de Castro, responsável pelas investigações, não quis afirmar se há suspeita de cumplicidade do pai de Guilherme na possível autoria do crime, mas disse que ele será intimado a depor. Segundo o delegado, Guilherme Longo deverá ser ouvido hoje.

13 NOV 2013

GAZETA DO POVO

Justiça suspende pagamentos à EBP

Decisão aponta favorecimento da empresa para a elaboração dos estudos dos portos do país e corrobora parecer do MPF sobre o mesmo assunto

BRASÍLIA
Agência O Globo

O juiz Itagaíba Catta Preta Neto, da 4.^a Vara da seção judiciária do Distrito Federal, deferiu ontem, em parte, liminar pedida pelo deputado Augusto Coutinho (Solidariedade-BA) que solicitava a paralisação do processo licitatório dos portos brasileiros e a suspensão de eventuais pagamentos pela Secretaria dos Portos (SEP) à Estruturadora Brasileira de Projetos (EBP). O juiz permitiu a continuidade das licitações,

mas, em caráter liminar, decidiu por reter qualquer pagamento à autora dos projetos.

Em seu pedido judicial, o deputado Coutinho questionou privilégios que teriam sido oferecidos pelo governo à EBP para que ela fornecesse com exclusividade os estudos para reestruturação do setor portuário brasileiro e, por consequência, o custo desses estudos, a serem pagos pelos vencedores das licitações.

O juiz aponta, na decisão, que até o momento não houve aplicação de recursos públicos federais pelos estudos, uma vez que a remuneração está atrelada à assinatura dos contratos de arrendamento, a ser pago pelo vencedor dos leilões. Segundo o juiz, caberia uma "solução intermediária que não impeça a atividade administrativa e nem permita a dilapidação do patrimônio público, favorecendo a própria tramitação processual".

Também relacionado ao mesmo questionamento do deputado Coutinho, no dia

29 de outubro, o procurador Sergio Ricardo Costa Caribé, do Ministério Público Federal junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), protocolou parecer encaminhado à ministra-relatora do processo, Ana Arraes, apontando "indícios de irregularidades" e recomendando a proibição do uso dos estudos pela EBP para portos.

Segundo Caribé, a "EBP já tinha conhecimento dos planos do governo federal para o setor de portos, com relação às futuras concessões e arrendamentos, antes que outros concorrentes dessa sociedade empresarial tivessem tido a mesma oportunidade, o que implica favorecimento, em face da assimetria de informações". O procurador recomenda também ao plenário do TCU que avalie "a atuação do BNDES em apoio à EBP". O BNDES, assim como outros bancos públicos e privados, é sócio da EBP. Para Caribé cabe verificar se a instituição não defendeu interesses privados na esfera pública.

13 NOV 2013

GAZETA DO POVO

➤ CASO CECONELLO

Secretaria apura abusos em casa de acolhimento

Diego Ribeiro

Dois casos de abusos sexuais são investigados na casa de acolhimento da Associação Padre João Ceconello (APJC) pela Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social (Seds) e pela Polícia Civil. Na primeira situação, o suspeito seria um funcionário da APJC, que teria abusado de uma paciente. Na segunda, o abuso teria ocorrido entre acolhidos, mas a vítima seria um menino de 12 anos. A sede da casa de acolhimento fica em Campina Grande do Sul, na Região Metropolitana de Curitiba.

A Seds abriu, há cinco dias, uma comissão para investigar os supostos abusos sexuais e também as circunstâncias de cinco mortes de pacientes. A apuração deve durar 90 dias, segundo a assessoria de imprensa da Secretaria. Entre os óbitos investigados, está a morte de Lucas dos Santos Jacinto, ocorrida no dia 26 de junho. Até então, esse caso não havia sido divulgado. A morte de Maicon Arruda, 29 anos, registrada no dia 3 de novembro, não foi incluída nas apurações da Comissão, de acordo com o Diário Oficial do Executivo.

Ao todo, portanto, foram seis pessoas que morreram por suspeita de falta de cui-

dado adequado na instituição. Todos esses casos teriam ocorridos entre os pacientes transferidos de um lar, de São José dos Pinhais, para a APJC, entre janeiro e fevereiro deste ano, com um convênio emergencial entre a entidade e a Seds. Na época, foram transferidas 82 pessoas com transtornos mentais graves.

No entanto, a APJC afirma que não conhecia o perfil dos pacientes e que a estrutura do local é adequada para pessoas com transtornos leves. Por isso, desde que o Ministério Público (MP) começou as investigações e os casos vieram à tona, a associação tem tentado romper o contrato com o estado.

A Comissão ainda investiga duas denúncias e duas fugas de pacientes da associação.

OUTROLADO

A advogada da Associação Padre João Ceconello, Cristiane Emmendoerfer, afirmou que a entidade não tem conhecimento sobre os abusos sexuais. Ela ressaltou ainda que 19 pessoas já foram transferidas e que, na semana que vem, em uma reunião com o MP e representantes da Seds, será definida o cronograma final de transferências. O MP esclareceu que os pacientes transferidos foram para hospitais e não estão mais sob a tutela da casa. Cabe agora ao estado encaminhá-las para estabelecimentos adequados.

13 NOV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Conselho abre novo processo contra ex-presidentes de tribunal da Bahia

Mariângela Gallucci / BRASÍLIA

Uma semana após terem sido afastados pelo Conselho Nacional de Justiça por suspeita de envolvimento com irregularidades na administração de precatórios, os ex-presidentes do Tribunal de Justiça da Bahia Mário Hirs e Telma Britto sofreram ontem um novo revés. O CNJ instaurou um processo administrativo para apurar supostas omissões dos desembargadores na resolução de problemas no Judiciário baiano, como a demora para registro de nascimentos e óbitos.

Mário Hirs presidiu o TJ da Bahia até a semana passada, quando foi afastado do cargo. Telma Britto ocupou o posto antes dele. Os dois já são alvos de processo administrativo disciplinar aberto para investigar a suspeita de pagamentos irregulares de precatórios que podem ter causado prejuízo de R\$ 448 milhões aos cofres públicos.

Durante o julgamento no qual o CNJ decidiu abrir o novo processo contra os magistrados, o corregedor nacional de Justiça, Francisco Falcão, citou o drama vivido por Cleomar Cruz, de Vitória da Conquista – que teria dormido numa fila por seis vezes para tentar conseguir a certidão de óbito da filha, de um ano de idade. Por causa da demora em obter o documento, o corpo da criança foi enterrado num cemitério clandestino já que o serviço funerário somente autoriza o sepultamento após o registro do cartório por um oficial. “Diante da falta de assento de óbito, (a família) não queria que o corpo ficasse insepulto e em decomposição”, relatou Falcão.

A Corregedoria apontou ainda irregularidades no acordo firmado pelo tribunal com uma instituição financeira, que teria sido contratada sem licitação. Também encontrou indícios de má gestão de recursos humanos na corte.

A defesa dos desembargadores sustentou que os magistrados trabalharam para resolver os problemas e que não foram omissos.

13 NOV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Licitação liderada por empresa ligada à Delta é barrada

A Justiça paulista ordenou anteontem, liminarmente, a suspensão da licitação do governo paulista para a construção de piscinões em uma Parceria Público Privada. Estimada em R\$ 3,8 bilhões, a concorrência tem entre as licitantes a empresa Técnica Construções S/A, subsidiária da Delta – empreiteira declarada inidônea pela Controladoria-Geral da União (CGU).

O objetivo da licitação, promovida pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), é a prestação de serviços no Sistema de Reservatórios de Controle de Cheias da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê. A Técnica, do Consórcio Acqua, foi classificada provisoriamente em primeiro lugar nas primeiras fases do processo.

A decisão foi tomada pela juíza Laís Helena Bresser Lang Amaral, da 2.ª Vara de Fazenda Pública, a pedido de empresas concorrentes da Técnica, para reavaliação da situação legal da Técnica.

A medida obrigará o Estado a desembolsar uma verba não prevista, já que o governo terá de fazer uma licitação emergencial – estimada em R\$ 4 milhões – para a limpeza dos atuais piscinões.

CRIME ORGANIZADO Acusado de matar juiz vai para isolamento

Os detentos Júlio César Guedes de Moraes, o Julinho Carambola, e Francisco Tiago Augusto Bobô, o Cérebro, foram transferidos para o RDD em Presidente Bernardes. Carambola é acusado de participar do assassinato do juiz Antônio José Machado Dias, em 2003. Ao todo, oito líderes do PCC estão isolados no RDD.

A pedido do Ministério Público no TCU, Justiça do Distrito Federal determina retenção dos repasses para a empresa

Liminar suspende pagamento de estudos da EBP

Mauro Zanatta / BRASÍLIA

Decisão liminar da Justiça Federal suspendeu ontem o pagamento por estudos feitos pela Estruturadora Brasileira de Projetos (EBP), e utilizados pela Secretaria de Portos (SEP), para o arrendamento de 159 instalações portuárias, em processo de licitação. O juiz federal Itagiba Catta Preta Neto, da 4.ª Vara Federal do Distrito Federal, determinou a retenção, nos contratos de concessão, dos valores a serem ressarcidos à EBP.

A medida atende ação judicial movida pelo deputado Augusto Coutinho (SDD-PE), cujo ponto central questionava a preferência concedida pelo governo à EBP, empresa privada criada por oito bancos em parceria com o BNDES. “Não houve, até o momento, aplicação de recursos públicos federais. Mas os estudos, caso venham a ser utilizados nos procedimentos licitatórios para as concessões, serão pagos pelo licitante vencedor com recursos indubitavelmente públicos”, escreveu o magistrado. E completou: “Este preço será embutido nas propostas, sem a menor sombra de dúvidas”.

Autorizada pela SEP, a EBP receberia 0,37% sobre cada projeto, até o limite global de R\$ 63,8 milhões, para fazer levantamentos prévios à concessão dos terminais portuários.

Censuras e contestações. Os estudos e projetos da EBP, que incluem os Portos de Santos e Pará (bloco 1) e Paranaguá, Bahia e São Sebastião (bloco 2), sofrem uma série de censuras e contestações, como tem revelado o Estado desde o início de

● Remuneração

0,37%

é quanto a Secretaria de Portos teria autorizado a Estruturadora Brasileira de Projetos a receber por projeto, até o limite global de R\$ 63,8 milhões

outubro. Arrendatários de terminais já ganharam na Justiça o direito de manter suas áreas e os governos do Paraná e da Bahia ameaçam paralisar o processo no Judiciário.

Ao mesmo tempo, parecer do Ministério Público no Tribunal de Contas da União (TCU) solicita um pente-fino nos estudos da EBP, “por empreendimento”, em relação à adequação dos valores de ressarcimento, além da qualidade e quantidade das informações contidas nos levantamentos. Em ofício à ministra-relatora Ana Arraes, o procurador Sérgio Caribé quer saber se os custos dos estudos estão “alinhados” com os preços do mercado e se têm “qualidade aceitável” para balizar o processo de concessões.

Além disso, o MP/TCU determinou às unidades internas do tribunal uma avaliação da “legalidade, impessoalidade e moralidade da atuação” do BNDES “em favor” da EBP no processo de autorização para realizar esses estudos. O MP também sugeriu ao TCU aceitar uma representação do deputado Augusto Coutinho, determinando à SEP e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) que “abstenham-se” de usar os estudos da EBP nos “futuros processos licitatórios” dos portos.

Tratamento. O parecer do MP/

TCU sugeriu, ainda, uma audiência com a Secretaria de Portos para esclarecer o que classifica de “irregularidades” – tratamento diferenciado e anti-isonômico dispensado à EBP; tratamento privilegiado configurado por negociações prévias entre SEP, EBP em reunião na Casa Civil da Presidência; possível elevação do total de ressarcimentos em razão da terceirização dos projetos pela EBP; subcontratação indevida de terceiros pela EBP; e ausência de divulgação prévia dos critérios de qualificação da EBP.

Notas técnicas de uma comissão SEP/Antaq obtidas pelo Estado apontaram “inconsistências”, “falhas”, “omissões”, “precariedade” de referenciais e “imprecisão” técnica nos estudos para os projetos de arrendamento. Parecer da Procuradoria Federal na Antaq, vinculado à Advocacia-Geral da União (AGU), assinalou que a falta de ajustes nos estudos da EBP “inviabiliza” e seria “óbice insuperável” à realização de consultas e audiências públicas. Por decisão da diretoria da Antaq, as consultas foram realizadas.

O Estado mostrou, na semana passada, que a Secretaria de Portos contrariou as próprias regras ao estabelecer ressarcimento de R\$ 2,87 milhões a estudos e projetos feitos pela EBP para duas áreas já em operação no Porto de Santos. A Nota Técnica 06/2013 relatou, com base nos estudos feitos pela empresa, não haver previsão de investimentos para as áreas em Santos. Sem isso, a EBP não teria direito a um eventual ressarcimento. As áreas, segundo consta na nota, são operadas comercialmente pelas empresas Deimar, Rodrimar e Localfrío.

O ESTADO DE S. PAULO

ANÁLISE: Rubens Glezer

Os embargos dos embargos e a imprevisibilidade



Por que o Supremo Tribunal Federal irá julgar novamente recursos de embargos de declaração dos condenados do mensalão? O próprio modo pelo qual esta pergunta está sendo comumente formulada demonstra equívoco e confu-

13 NOV 2013

são a respeito da nova fase do julgamento da Ação Penal 470 que se inicia hoje.

De fato, o Supremo irá apreciar o recurso de embargos de declaração, mas com um objeto bastante distinto. Em agosto e setembro de 2013 os ministros do STF julgaram embargos de declaração sobre a decisão condenatória, ou seja, avaliando se havia omissão, obscuridade ou contradição nas diversas decisões de condenação proferidas em 2012, na primeira fase do julgamento. Vamos chamá-los de “Primeiros Embargos”. Nesta nova fase, os ministros irão julgar embargos de declaração sobre o resultado dos “Primeiros Embargos”, para verificar se nelas houve contradição, omissão ou obscuridade. Ou seja, esses são o que podemos chamar de “segundos embargos”.

Esse é um recurso disponível para todos os réus que tiveram seus “Primeiros Embargos” julgados e não se confunde com o recurso de embargos infringentes, o qual é disponível para apenas alguns poucos réus. No caso do mensalão, 12 dos 25 condenados em dezembro que obtiveram ao menos quatro votos pela absolvição em determinado crime.

Além disso, é preciso prestar alguns esclarecimentos a respeito dos possíveis resultados oriundos dos “Segundos Embargos”. Por um lado, pode ocorrer o mesmo que se passou no julgamento do deputado federal Natan Donadon, no qual, na medida em que tal recurso foi tido por protelatório, o Supremo declarou a prisão imediata do acusado.

Esse é um dos resultados possíveis para os réus que não possuem direito ao recurso de embargos infringentes, como o ex-deputado Roberto Jefferson, delator do esquema do mensalão, e o deputado Valdemar Costa Neto. Por outro lado, é possível que o Supremo reconheça vícios na decisão e promova ajustes nas penas dos acusados.

Qualquer tentativa de previsão, agora, é fútil, pois durante todo o julgamento da AP 470 o STF, seja sob a presidência do agora aposentado Carlos Ayres Britto, seja sob a presidência de Joaquim Barbosa, continuamente surpreendeu a críticos e analistas.

É provável que a Corte continue a fazer o mesmo até sua decisão final.

13 NOV 2013

BEMPARANÁ

Consciência negra –

Movimentos sociais defendem feriado

Movimentos sociais e entidades de direitos humanos fizeram, ontem, um ato de apoio ao feriado da Consciência Negra, no dia 20 de novembro. O feriado foi suspenso pelo Tribunal de Justiça do Paraná na semana passada. O ato que reuniu cerca de 20 entidades diferentes aconteceu primeiro em frente ao TJ, e depois seguiu para a Associação Comercial do Paraná (ACP).

13 NOV 2013

Justiça

BEMPARANÁ

TRE cassa prefeito e vice de Cascavel

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE/PR) decidiu ontem, por unanimidade, cassara o mandato do prefeito de Cascavel, Edgar Bueno (PDT), e de seu vice, Maurício Theodoro (PSDB), acusados de fraude eleitoral. A decisão atende representação do deputado estadual e adversário de Bueno, José Aparecido Lemos (PT), nas eleições de 2012, que acusa o pedetista de abuso do poder político e econômico, além de publicidade irregular e uso indevido dos meios de comunicação.

Na ação, Lemos alegou que o adversário teria usado recursos não declarados na campanha eleitoral, e também a máquina pública em seu favor, já que Bueno disputava a reeleição. O prefeito acusou o petista, em sua propaganda eleitoral no segundo turno, de ter cometido suposta fraude no alistamento eleitoral por não morar no município. Apesar da Justiça ter determinado a retirada do ar da denúncia, o pedetista teria mantido a veiculação.

Relator do caso, o juiz

Marcos Roberto Araújo dos Santos apontou que "que a fraude restou absolutamente evidenciada". Segundo o magistrado, "utilizando-se do seu direito de realizar propaganda eleitoral (ainda que negativa) os recorridos criaram verdadeira campanha difamatória e caluniosa, conforme reconhecido em duas oportunidades por esta Corte, abusando de seu direito ao explorar fatos distorcidos e verdadeiro factóide em desfavor de seu oponente". Bueno tem três dias para recorrer

EMBAIXA



O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, enviou documento ao Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo a execução das penas de 23 dos 25 **CONDENADOS NO** julgamento do processo do **MENSALÃO**. O pedido de prisões já foi feito em outras ocasiões pelo antecessor, Roberto Gurgel.

MP

Gratificações

A Assembleia Legislativa aprovou ontem, em primeiro discussão, proposta que prevê a incorporação aos salários dos servidores do Ministério Público, gratificações por assuidade e produtividade. O impacto financeiro da medida é de R\$ 6,2 milhões anuais. O MP alega que outros poderes já concedem o benefício.

BEMPARANÁ

13 NOV 2013

STJ limita a 3 anos pensão de R\$ 20 mil para ex de Collor

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) limitou ontem a três anos o prazo que o senador e ex-presidente Fernando Collor (PTB-AL) deve pagar pensão de R\$ 20 mil à ex-mulher, Rosane Collor. Ele havia recorrido ao STJ por entender que a decisão da Justiça do Alagoas extrapolou a proposta de acordo que ele fez e que foi recusada por ela. No acordo, ele havia proposto uma pensão de R\$ 5.200 por mês, além de bens de R\$ 950 mil. Rosane Collor, por sua vez, recusou a oferta porque queria R\$ 40 mil mensais. A Justiça do Alagoas garantiu a ela então 30 salários mínimos mensais, cerca de R\$ 20 mil, além dos bens de R\$ 950 mil.

JORNAL DO ÔNIBUS

Ex-mulher de Collor receberá pensão de R\$ 20 mil

O Superior Tribunal de Justiça decidiu ontem, por três votos a dois, que o ex-presidente e senador Fernando Collor (PTB-AL) terá que pagar pensão alimentícia de 30 salários mínimos (o equivalente a R\$ 20 mil atualmente) para a ex-

mulher dele, Rosane, por mais três anos.

A turma reformou decisão do Tribunal de Justiça de Alagoas que havia decidido que o valor deveria ser pago por tempo indeterminado. Ela já vinha recebendo pensão no valor de 30

salários mínimos.

O STJ manteve também decisão do TJ-AL de que Rosane deve ficar com dois imóveis que somam R\$ 950 mil e com dois automóveis, já que não tinha bens em razão de não trabalhar enquanto era primeira-dama.

13 NOV 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Panorama Político

EM CHOQUE

Pressionado por novo pedido de aumento de taxas que será pedido pelo Tribunal de Justiça, a tempo de ser aprovado até o final de 2013, para poder valer em 2014, o presidente da Assembleia Legislativa anuncia que "precisará colocar em votação, desde que o aumento seja razoável". Em 2012, o mesmo assunto chegou às mãos de Valdir Rossoni, que não aceitando o aumento proposto, exagerado segundo ele, não o colocou em votação.